

# LUTAR É PRECISO



**SINDJUS RS**  
Unir, Lutar e Vencer

Periódico do SindjusRS - Edição 223 - 2º Trimestre 2022 - [www.sindjus.com.br](http://www.sindjus.com.br)

## ESPECIAL ELEIÇÕES



**Pela primeira vez, diretoria do Sindjus será eleita por aclamação**

### Série Brasil Por um Fio



Quem patrocina a destruição do Estado Brasileiro?

Pág  
**06**

### ELEIÇÕES 2022



Resolução política da Fenajud defende candidaturas de servidores nas eleições de outubro

**CONTRA  
CAPA**

## A continuidade de uma história de lutas e conquistas

Em junho próximo encerra-se a gestão da atual direção do nosso sindicato e inicia-se uma nova. Pela primeira vez em nossa história, apenas uma chapa foi inscrita para a disputa, e conforme nosso estatuto, será aclamada em Assembleia Geral. Ainda assim, o processo eleitoral continua sendo o momento de debates, troca de ideias e afirmações de posições políticas. Momento em que todos devem opinar e participar para o enriquecimento do debate democrático que envolve o movimento sindical.

Quando assumimos a gestão atual, tínhamos o compromisso de recolocar o sindicato no caminho de lutas e enfrentamento, e essa missão foi devidamente cumprida. Prova disso foi a fragorosa vitória que tivemos na Assembleia Legislativa com a rejeição do PL 93. A categoria mobilizou-se e mostrou sua força e determinação.

Enfrentamos momentos difíceis com a pandemia do coronavírus. Como todo o mundo, fomos obrigados a "parar". Tivemos de nos reinventar, trabalhar remotamente. Dificuldades diversas sobrevieram, mas em nenhum momento arrefeceram a vontade e disposição de construirmos um caminho melhor para nossa categoria.

O Judiciário passa por profundas transformações. Com a implantação do processo eletrônico e trabalho não presencial, novos desafios se apresentam. Como vamos responder a eles, nos preparar e atuar a cada nova situação é tarefa para a qual estamos dedicados e atentos, sempre na defesa intransigente dos trabalhadores. Esperamos que as novidades tecnológicas sejam para otimizar nossos sistemas e diminuir o estressante volume de trabalho imposto aos servidores e não para aumentar e vigiar as rotinas de todos.

Enfrentamos um arrocho salarial sem precedentes. A conjuntura econômica e política é totalmente adversa, porém, com determinação e criatividade desenvolvemos uma campanha salarial para lutar por recuperação das perdas até então impostas por governos de diferentes gestões.

Se por força de julgados no STF, há o entendimento de que é responsabilidade do chefe do Executivo o encaminhamento de projetos de lei para recuperação das perdas inflacionárias, é de responsabilidade do Judiciário o realinhamento da matriz salarial dos servidores. Nessa medida, entendemos que é urgente o estudo e encaminhamento de projeto de lei sobre o tema. E esse debate está sendo feito por todos em diferentes locais de trabalho, tanto nas visitas presenciais feitas pelo sindicato como em debates virtuais.

Assim, em paralelo à eleição da nova direção, não descuidamos da campanha salarial que construímos em conjunto

com as entidades representativas dos trabalhadores do sistema de Justiça. Também não deixamos de manter a articulação junto ao TJRS na busca de soluções para questões fundamentais, como os editais de remoção tão aguardados, a majoração do valor do auxílio-refeição e o diálogo permanente para atualização do plano de carreira. A conjuntura dinâmica nos desafiou a atuar simultaneamente em várias frentes e exigiu como nunca a união e a integração da categoria, essencial para os êxitos em relação a todas essas demandas.

É com esse mesmo espírito de luta e persistência que pretendemos conduzir a próxima gestão do Sindjus, cientes de que avançamos muito, mas que ainda há muito trabalho a ser realizado na defesa da nossa categoria e dos nossos direitos. Contamos com todos e todas para mais esta etapa da caminhada, que seja um período de fortalecimento e novas conquistas!



Crédito: Grupo REC

### LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS EXPEDIENTE

**Conselho Editorial:** Juliana Campani (MTB 15.501), Joice Proença (MTB 16.383) e Emanuel Dall’Bello dos Santos (Diretor de Imprensa e Divulgação)

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Grupo REC **Tiragem:** 3.500 exemplares

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

**Coordenador-Geral:** Fabiano Marranghello Zalazar | **Secretaria Geral:** Valter Assis Macedo, Janete Togni

**Secretaria de Finanças e Patrimônio:** Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

**Secretaria de Política e Formação Sindical:** Marco Aurélio Velleda, Márcia Ferro Amaro

**Secretaria de Imprensa e Divulgação:** Emanuel Dall’Bello dos Santos, Jesner Pias Borges

**Secretaria de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos:** Osvaldir Rodrigues da Silva, Valdir Bueira da Silva



# Assembleia Geral para eleger nova direção do Sindjus será no dia 11/06



**ELEIÇÕES**  
**SINDJUS RS**

**2022/**  
**2025**

Pela primeira vez na história do Sindjus/RS, a eleição da direção que conduzirá o Sindicato no triênio 2022/2025 será realizada por aclamação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) no mês de junho.

Encerrado o prazo para registro das chapas concorrentes no dia 11 de abril, a Chapa 1 – Somar para Conquistar (nominata nas páginas 4 e 5) foi a única inscrita e, conforme o Artigo 74-A do Estatuto do Sindicato, será eleita por aclamação em AGO em formato híbrido.

Na mesma data, será realizada a prestação de contas da gestão 2019/2022, a AGO de Aclamação e posse da Direção Executiva, Colegiada e do Conselho Fiscal.



**A Comissão Eleitoral tem a seguinte composição:** Rosimeri Pedrassani (Técnica Judiciária), Mirian Veiga (Técnica Judiciária), Hélio da Rocha Martins (Oficial de Justiça Estadual), José Campomar Selau de Moraes (Oficial de Justiça Estadual), Angelita Rebelo Camargo (Analista Judiciária), Raquel Plucani (Técnica Judiciária) e Olívia Longhi Serafim (Técnica Judiciária).

A **Chapa 1 - Somar para Conquistar** apresentou o nome de Osvaldir Rodrigues da Silva, Técnico Judiciário (Comarca de Viamão), como coordenador-geral do Sindjus. Nas próximas páginas está publicado o material produzido pela chapa, com a nominata completa e as propostas da gestão para o triênio 2022/2025.

O processo que resultou na escolha da direção do Sindjus para o triênio 2022/2025 foi marcado por ineditismo desde o princípio. Pela primeira vez na história, a eleição seria realizada de forma virtual.

## Como foi o processo eleitoral

O novo formato, em sintonia com os novos tempos e com o propósito de ampliar a participação dos sindicalizados, foi aprovado em 22 de outubro de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária que incluiu no Estatuto do Sindjus a possibilidade de virtualização do pleito.

A inovação no formato teria como resultado, além de ampliar a participação, garantir maior transparência e agilidade na apuração dos resultados, além de redução dos custos de locação e transporte das urnas de lona.



Com esses pressupostos, a Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 11 de março, deu início ao processo eleitoral, com a escolha da Comissão Eleitoral (veja no box) e o início do prazo para inscrições. Logo após o encerramento da AGO, a Comissão Eleitoral reuniu-se virtualmente para a primeira reunião de organização dos prazos eleitorais.

No dia 12 de março, conforme o Estatuto, a Comissão Eleitoral publicou no jornal Correio Povo o edital das eleições, informando os prazos para inscrição das chapas, bem como as formas de contato, horários de atendimento e datas dos plantões realizados na sede do Sindicato.



**INSCRIÇÃO DA CHAPA 1**

No dia 11 de abril, às 23h59, encerrou-se o prazo de inscrições de chapas, e de forma inédita com apenas uma candidatura registrada, Chapa 1 - Somar para Conquistar, composta em grande parte por integrantes da atual gestão.

Desta forma, conforme o Estatuto, a eleição da Direção Triênio 2022/2025 será por aclamação em uma Assembleia Geral Ordinária. Todas as informações do processo eleitoral estão disponíveis no site do Sindicato:

[www.sindjus.com.br/eleicoes-22-25](http://www.sindjus.com.br/eleicoes-22-25)

## CONVOCAÇÃO: Assembleia Geral Ordinária

Prestação de contas, eleição por aclamação e posse da direção sindical

**Dia 11 de junho às 10h no SindiCaixa - Sede Campestre: Rua Manoel Leão, 90 (POA)**



# MESMO NA PANDEMIA, CONSEGUIMOS CONQUISTAR

Isso, porque não paramos de lutar. Buscamos contornar a lei Mansueto, que proibia os poderes e os órgãos de atender reivindicações que implicassem em aumento de despesas. Com mobilização, muito diálogo e negociação conseguimos construir o PCCS, que é uma conquista importante, um alívio para o nosso futuro. E foi obtida em um momento em que os trabalhadores de todo o país estavam acumulando perdas.

Além disso, o aumento do auxílio-refeição, o turno único com redução da jornada, a implantação do auxílio-saúde e do teletrabalho se somam às demais conquistas históricas que não são apenas da direção do sindicato, mas de cada servidor e servidora que se uniu na luta para, juntos, conquistarmos.

Somar para conquistar. Esse é o melhor caminho. É nisso que acreditamos.

## ESTAMOS QUEBRANDO TABUS

Somamos em nossa chapa, pela primeira vez na história, 50% de homens e 50% de mulheres. Somos experiência e renovação. Somos da capital e do interior, com todas as regiões do estado representadas por servidoras e servidores de diferentes comarcas.

### SOMOS TRABALHADORAS E TRABALHADORES APOSENTADOS E EM ATIVIDADE, NAS MAIS DIVERSAS FUNÇÕES.

O que nos une é acreditar que juntos, com organização e luta, podemos negociar melhor e conquistar mais.

## REAJUSTE JÁ!

ESSE É UM DIREITO DOS SERVIDORES E SERVIDORAS DO TJRS. Precisamos recuperar o poder de compra. Não podemos aceitar que nossa fatia do bolo no Judiciário estadual seja cada vez menor. Ao contrário, é preciso reduzir as desigualdades, que são grandes demais.

Mas, essa é uma luta que não podemos fazer sozinhos. Precisamos dos esforços de cada um e cada uma, porque a experiência nos ensina que a conquista de grandes vitórias é obtida por aqueles que sabem somar.

## PRECISAMOS SOMAR PARA CONQUISTAR

Nossa chapa foi a única inscrita e representa a atual direção. Quando assumimos, iniciamos a mudança. Os servidores estavam ameaçados pela extinção de um cargo, o que seria mais um grande passo de uma política de desmantelamento de nossas carreiras.

Então, organizamos a maior greve da história do Judiciário gaúcho, unindo servidores e servidoras, até alcançarmos a vitória: cancelar a extinção.



GESTÃO 2022 A 2025



### COORDENAÇÃO GERAL:

Oswaldir Rodrigues da Silva  
Técnico Judiciário – POA

### SECRETARIA GERAL:

Fabiano Marranghello Zalazar  
Analista Judiciário – POA

Janete Fabiola Togni  
Técnica Judiciária – Aposentada de  
Novo Hamburgo

### SECRETARIA DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:

Joseane Hans Bronizaki  
Técnica Judiciária – POA

Maria Rosa Junges  
Auxiliar de Serviços Gerais –  
Aposentada de Carazinho

### SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL:

Valter Assis Macedo  
Técnico Judiciário – POA

Maiz Ramos Junqueira  
Analista do Poder Judiciário -  
Serviço Social – Guaíba

### SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:

Marco Aurelio Velleda  
Atendente Judiciário – Estância Velha

Valdir Bueira Da Silva  
Oficial de Justiça Estadual – Guaíba

### SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Emanuel Dall Bello Dos Santos  
Técnico Judiciário – POA

Helena Veiga Muller  
Oficiala de Justiça Estadual – Torres

### SUPLENTES DA EXECUTIVA:

Jose Euclides Alves da Silva  
Técnico Judiciário - Alegrete

Claudemir Pires De Oliveira  
Oficial de Justiça Estadual – Bento Gonçalves

Carlos Eduardo Nascimento Souza  
Técnico Judiciário – Santa Maria

Glauciara Fischer Nunes  
Técnica Judiciária – Caxias do Sul

Marcos Waldemir da Silva Figueiro  
Técnico Judiciário – Tramandaí

### TITULARES DO CONSELHO FISCAL

Claudio Almeri Macedo da Silva  
Agente de Polícia Judicial – POA

Ana Maria Dalenogare Silva  
Técnica Judiciária - Santiago

Marcia Ferro Amaro  
Técnica Judiciária –  
Aposentada de Pelotas

Rosane Dos Santos Bittencourt  
Oficiala Escrevente –  
Datilógrafa – POA

JESNER PIAS BORGES  
Auxiliar de Serviços Gerais – POA

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:

Rafaella de Menezes Pacheco  
Técnica Judiciária – Santana do Livramento

Solange Carteli  
Técnica Judiciário – Passo Fundo

Luis Rogerio Helich  
Oficial de Justiça Estadual – Santo Ângelo

Juliana Daitx Ribeiro Reali Toralles  
Técnica Judiciária – POA

Patricia Heimerdinger  
Oficiala Ajudante - Osório

## ESTES SÃO OS NOSSOS PRINCÍPIOS

Acreditamos que é preciso somar para conquistar. Para isso, precisamos ter atitudes propositivas. Entendemos que é necessário organizar e mobilizar os servidores e servidoras para que tenhamos mais força na hora de negociar. Temos convicção de que é preciso ouvir e dialogar, sem perder o respeito, nem a firmeza. Buscamos incessantemente a eficiência na análise de cenários e na pesquisa de dados para que possamos formular argumentos consistentes. Por fim, acreditamos na resiliência, que nos permite contornar obstáculos e, mesmo nas adversidades, encontrar caminhos para avançar.

Esses são os nossos princípios. Vem com a gente Somar para conquistar.

## VEJA NOSSAS PRIORIDADES

### REAJUSTE SALARIAL JÁ!

- Revisão geral anual
- Reconfiguração da matriz salarial
- Mesa de negociação permanente

### NOMEAÇÃO DE SERVIDORES E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

### PLANO DE CARREIRA

- Revisão geral do plano
- Melhorias nas regulamentações

### APOSENTADOS

- Recuperação do poder aquisitivo
- Assistência médico-social
- Revisão do auxílio-saúde

### INTERIOR

- Intensificar a presença nas comarcas
- Construir atividades regionais

### PAUTAS ESPECÍFICAS DOS CARGOS E COLETIVOS - LUTAR

## PARA CONQUISTAR

### INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

### TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA

- Atuar sobre as novas modalidades de trabalho
- Auxílio tecnológico
- Atuar sobre a política de metas



## Quem patrocina a destruição do Estado?

*Na série de reportagens "Brasil Por um Fio", o Sindjus/RS trouxe um panorama sobre os principais elementos do processo de destruição do Estado brasileiro. Na conclusão desta série, buscamos apresentar alguns pontos para reflexão, para entender quais interesses que estão sendo defendidos ao mesmo tempo em que a maior parte da população brasileira é prejudicada.*

O primeiro ponto é sobre a repercussão pública do desmonte, mediada e propagada pelos veículos da mídia hegemônica. Neste sentido, é necessário compreender a relevância do papel da grande imprensa na construção de uma narrativa favorável às iniciativas de enfraquecimento do Estado e da desestruturação do conjunto de garantias constitucionais da classe trabalhadora.

Grandes conglomerados de comunicação sustentam através da linha editorial a priorização da economia na condução política do país, sempre no sentido da defesa do "equilíbrio fiscal" para justificar cortes, reformas que levam ao desmonte e entrega de funções públicas para a iniciativa privada. Esta tendência fica nítida na maneira como os principais grupos abordam essas iniciativas, especialmente nas editorias de economia, como necessárias para redução de gastos e combater o que chamam de "inchaço da máquina pública".

"A reforma da Previdência teve uma aderência natural. Todos os veículos de imprensa praticamente aderiram à reforma", (...) "Nós não temos o que reclamar em relação a isso, todos os veículos praticamente assumiram uma posição favorável." afirmou Fábio Faria, ministro das Comunicações do governo Bolsonaro em Webinar do Canal JOTA.

Para o professor da UFBA Uallace Moreira em entrevista ao Jornal Brasil Atual, a defesa ideológica de reformas (como a administrativa) por parte da imprensa avança também para a distorção da imagem de servidores e servidoras públicas, constantemente retratados como privilegiados e com vantagens excessivas. O objetivo desta narrativa é construir um entendimento hegemônico de que reduzir o papel do Estado

auxilia a "combater privilégios", e a linha adotada acaba por criminalizar os trabalhadores do setor público.

### Mas afinal, por quê?

De modo geral, o alto empresariado busca sempre mediar junto ao governo soluções para reduzir custos e ampliar lucros. Não é coincidência que muitos representantes desse segmento tenham financiado movimentos para derrubar o governo de Dilma Rousseff, apoiem abertamente candidaturas comprometidas com a pauta neoliberal e condenem a visão de Estado como indutor de desenvolvimento.

Donos de algumas das maiores empresas do país em 2018 manifestaram apoio a Jair Bolsonaro e são totalmente alinhados à política econômica de Paulo Guedes. Defendem privatiza-



ções para disputar mercado e são contrários a aumentos de impostos ou ampliações de investimentos públicos. Promoveram campanhas em favor de grandes reformas e unem forças para o lobby junto ao Congresso Nacional.

A pressão do setor pode ser explícita na forma de ameaças como a perda de empregos, como sustentado por presidentes de empresas quando da defesa da reforma da Previdência. Foi também o alto empresariado que pressionou por uma reforma administrativa ainda mais profunda, sob o pretexto de liberar recursos para impulsionar a economia.

No RS, setores da indústria e do agronegócio representados por entidades como Fiergs e Farsul veem no atual governo uma oportunidade de ter seus interesses priorizados em detrimento de políticas para trabalhadores da cidade e da agricultura familiar.

Apesar de representarem a minoria na sociedade, grandes detentores do poder econômico do país têm maioria no Congresso Nacional, o que facilita o atendimento a suas demandas e a continuidade do programa neoliberal de destruição do Estado.

Para dirigentes do Sindjus, essa movimentação política em direção oposta ao do interesse público para favorecer o capital só pode ser barrada com a ocupação das massas nas estruturas de poder e decisão. "Somente poderemos alterar esta lógica quando a classe trabalhadora de maneira organizada se unir na luta política de enfrentamento aos ataques e também na hora de lançar suas lideranças para ocupar as cadeiras da Câmara e do Senado", defende o coordenador-geral do sindicato, Fabiano Zalazar.

*“ Enquanto os poderosos dão as cartas, a imprensa nos joga uns contra os outros e propaga a versão dos de cima, a boiada passa e a política favorece sempre os mesmos, os que a financiam. Nós temos que compreender a classe trabalhadora como uma grande unidade com potencial para fazer o verdadeiro enfrentamento e construir um outro caminho para o que queremos como país, com Estado forte e capaz de atender à população ”*

Fabiano Marranghello Zalazar  
Coordenador-Geral do Sindjus

# Um outro sistema de justiça é possível: Fórum Social Mundial aponta problemas e caminhos

Ao longo de cinco dias, Porto Alegre voltou a reunir centenas de pessoas para debater a construção de um "outro mundo possível". Entre os dias 26 e 30 de abril, a capital sediou as edições temáticas do Fórum Social Mundial, dividida em dois eixos: Justiça e Democracia e Resistências.

O Sindjus e a Fenajud participaram ativamente da construção do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia (FSMJD) e as delegações de diversos estados do país participaram dos debates sobre as mudanças necessárias para que o sistema de justiça seja mais democrático, justo e plural.



## ABERTURA: 26 DE ABRIL

### Arte e resistência na marcha de abertura

No dia 26 de abril, uma grande marcha marcou a abertura do evento. Ao som de tambores e instrumentos de sopro e percussão, centenas de pessoas saíram em caminhada do Largo Glênio Peres em direção ao Largo Zumbi dos Palmares, pontos históricos de luta e resistência.



Após a caminhada, as delegações de sindicatos dos servidores da Justiça estadual foram recebidas em um sarau promovido pelo Sindjus/RS, que contou com intervenções artísticas de Lico Silveira, Levanta Favela, Poetas Vivos e DJ Gê Powers, além do microfone aberto para apresentações do público que participava do evento. O tom do Sarau da Resistência foi de denúncia, mas também apontando a arte e a cultura como forma de enfrentamento para vencer o obscurantismo.

**SAIBA+** <https://bit.ly/abertura-FSMJD>

## DIA 1: 27 DE ABRIL

### Impactos do capitalismo no mundo do trabalho

A mesa "Capitalismo, desigualdades, relações sociais, mundos do trabalho e sistemas democráticos de justiça" contou com reflexões propostas pela socióloga francesa Jules Falques, pela presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico-BA), Creusa Oliveira, e pelo doutor em Educação e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, sobre o papel do sistema de justiça na perpetuação do capitalismo. Os painelistas destacaram que a construção de uma nova realidade começa nas próximas eleições, repensando as estruturas e instituições, oferecendo alternativas populares de economia e produção de bens e serviços.

### Vítimas do Sistema de Justiça

Com o Auditório Dante Barone lotado a mesa "Vítimas do Sistema de Justiça", contou com a participação de pessoas com trajetórias de vida bem distintas mas, em comum, todas impactadas por injustiça: a ex-presidenta Dilma Rousseff, Marinete Silva (mãe de Marielle



Franco), Ana Paula Oliveira (Coletivo Mães de Manguinhos), Fernanda Kaingang (primeira advogada indígena) e o jornalista Luís Nassif.

Em falas comoventes e revoltantes, as participantes relataram as diversas formas que o sistema de justiça muitas vezes acaba aprofundando as injustiças, simbolizadas pela frase da ex-presidenta Dilma: "Quando a Justiça tarda, ela falha", sentenciou. O painel finalizou apontando que o momento é de mudanças, como as eleições de 2022 e as recentes viradas políticas em países da América Latina com a retomada de projetos políticos progressistas.

**SAIBA+** <https://bit.ly/SindjusNoFSMJD-Dia1>

## DIA 2: 28 DE ABRIL

### "Democratização do Sistema de Justiça, uma construção necessária"

A mesa promovida pela Fenajud com apoio do Sindjus/RS teve como foco a necessidade de um grande debate nacional para repensar o Sistema de Justiça.

O professor Maurício Corrêa abordou os problemas estruturais do Poder Judiciário no Brasil, que nunca chegou a se consolidar como garantidor dos direitos e garantias apontadas na Constituição, especialmente em relação às minorias. Como um dos principais motivos para esta realidade, citou o modelo de recrutamento e formação da magistratura brasileira, que é essencialmente técnico-burocrático, privilegiando as questões normativas e subestimando a formação humanista e o conhecimento da realidade social.

Já Ednaldo Martins, que é Coordenador de Política Sindical e Relações Internacionais da Fenajud, falou sobre o FSMJD ser um momento de debate e aprimoramento do sistema de justiça. Entre as alternativas possíveis para essa construção, ele apontou questões como a ampliação do controle social sobre o Poder Judiciário, com a construção de uma frente nacional de democratização do Judiciário e um Observatório Nacional do Sistema de Justiça.

**SAIBA+** <https://bit.ly/SindjusNoFSMJD-Dia2>

## DIA 3: 29 DE ABRIL



### Comitê de Combate à Violência Política de Porto Alegre

O fim da tarde foi marcado pela potência do ato realizado pela Bancada Negra de Porto Alegre, que fez o lançamento do Comitê de Combate à Violência Política de Porto Alegre. A mesa foi composta pelas vereadoras Karen Santos (Psol), Daiana Santos (PCdoB), Bruna Rodrigues (PCdoB), Laura Sito (PT) e o vereador Matheus Gomes (Psol). Eles cobraram a atuação das instituições com ações antirracistas para garantir a cidadania plena ao povo negro. Eles também destacaram o papel das próximas eleições para que ocorram as transformações políticas e sociais e a derrota dos projetos de extrema-direita e fascistas.

**SAIBA+** <https://bit.ly/SindjusNoFSMJD-Dia3>

## ENCERRAMENTO: 30 DE ABRIL

No encerramento, os participantes apresentaram encaminhamentos e resoluções dentro dos cinco eixos do FSMJD. O Sindjus e a Fenajud levaram as propostas debatidas na atividade do dia 28 de abril, dentre as quais destaca-se a criação de uma grande articulação nacional que resulte na democratização do Judiciário e em mecanismos de controle social, como a criação de um Observatório Nacional do Sistema de Justiça. As propostas foram acolhidas pelo plenário da Assembleia de Encerramento.

Nas próximas semanas, o Sindjus fará uma roda de conversa com os representantes do Sindicato no Fórum para discutir a participação nas atividades e debater sobre os encaminhamentos.

Leia a Carta de Porto Alegre do FSMJD: <https://bit.ly/SindjusNoFSMJD-Encerramento>

# Resolução da Fenajud tem foco nas eleições de 2022

"O Brasil precisa de um Programa político voltado a defender e ampliar direitos, com a defesa da soberania nacional e das nossas riquezas, com uma política econômica que promova crescimento, distribuição de renda, valorização e proteção do trabalho, respeito ao meio-ambiente e a defesa da democracia" (Trecho do documento aprovado pelo Conselho de Representantes da Federação)

Aprovada em 18 de março pelo Conselho de Representantes da

Fenajud, a resolução política da Federação para este ano, formulada a partir da análise da conjuntura, traz uma série de princípios e objetivos da entidade para este ano. Em relação ao cenário político nacional, ressalta a necessidade urgente de alteração no rumo: "as eleições de 2022 representam o sopro de esperança e mudanças na vida dos trabalhadores brasileiros".

Entre os elementos da resolução, destacam-se o lançamento de uma Plataforma da Classe Trabalhadora que

será formulada em conjunto com outras entidades, o incentivo a candidaturas de trabalhadores e trabalhadoras dos judiciários estaduais ao Congresso e Assembleias Legislativas e projetos que defenda os interesses da classe trabalhadora e serviços públicos.

Confira a íntegra do documento acessando o QR Code



## Coletivos: representação política, pautas e defesas

Representantes dos coletivos do Sindjus trazem elementos que consideram decisivos no processo de escolha de candidatos nas próximas eleições e pautas fundamentais que devem integrar os programas políticos



"As políticas públicas devem ser voltadas a amenizar e encurtar as distâncias existentes, compensando o arcabouço vasto das desigualdades, quer na acessibilidade quer nas oportunidades que o racismo preponderante neste País até hoje evidencia. Pois desde que a população negra foi jogada da senzala à margem das cidades, nunca foram resgatados valores consubstanciados na dignidade, sociabilidade e na igualdade de condições propícias a proporcionar um quantum mínimo de crescimento intelectual e social. Um governo que se preze deve trazer programas satisfatórios e avanços significativos de inserção dos menos favorecidos e das maiorias enquanto raça, os quais são reduzidos em função da origem, do credo e da raça propriamente dita."

José Euclides Alves da Silva – Técnico Judiciário – Comarca de Alegrete



"A escolha do número que se vai apertar na urna deve iniciar com reflexões e questionamentos a serem levantados muito antes de outubro. Não se pode esperar que pautas que atendam a grupos específicos (a comunidade LGBTQIA+, por exemplo) sejam pensadas por candidatos distantes desses grupos. Escolher candidatos, candidatas e candidatas assumidamente LGBTQIA+ que prezam pelas pautas relativas à comunidade faz muito mais sentido do que decidir por algum candidato que até levanta as bandeiras LGBTQIA+, mas que não vivencia na própria existência situações de preconceito e ódio. É preciso perceber quem está falando, sobre o que está falando e de que lugar essa pessoa fala. Ter simpatizantes caminhando junto a nós na luta é necessário, mas ainda mais necessário é ter vozes arco-íris falando por nós, representando a comunidade."

Tainá Maris Kirst - Técnica Judiciária - Comarca de Porto Alegre



"Devem ser considerados aquelas(es) candidatas(os) cujas pautas se desdobrem

diuturnamente pelo combate ao machismo e ao patriarcado institucionalizado na política e na sociedade, que lutem pela justiça e igualdade de gênero, assegurando o fortalecimento de um sistema de justiça presente e atuante junto às comunidades mais carentes e promovendo o acolhimento efetivo de mulheres e crianças vítimas de violência, especialmente das mulheres indígenas que estão sofrendo diversos abusos pelo avanço desenfreado do agronegócio e do garimpo sobre os territórios indígenas. Devemos escolher partidos que tenham em suas pautas o fortalecimento dos serviços públicos, especialmente de educação e saúde com a implementação de políticas sérias de apoio às mães e de combate à evasão escolar ocasionadas especialmente pela gravidez precoce e pobreza menstrual. Devemos apoiar candidatas que olhem para a legalização do aborto como política de saúde pública que precisa, urgentemente ser revista."

Tássia Tolfo de Almeida - Técnica Judiciária - Comarca de Porto Alegre

## INFORME JURÍDICO Novidades sobre o saldo de juros da URV

Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu a tese do Sindjus/RS que estabelecerá uma curta ampliação do prazo para os servidores que ainda não ingressaram com a ação pedindo o saldo de juros da URV.

Embora não se trate de decisão

vinculante e esteja sujeita a entendimentos divergentes, revela acolhimento de nosso entendimento perante os Tribunais Superiores. Em se confirmando o entendimento, ainda haveria prazo para ajuizamento das ações, apesar de curto.

Para mais esclarecimentos sobre esses e outros assuntos a COP Advogados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato, está à disposição através dos contatos:

51.3212.78.77 51.98191.7858  
cop@copadvogados.com.br  
facebook.com/copadvogados

